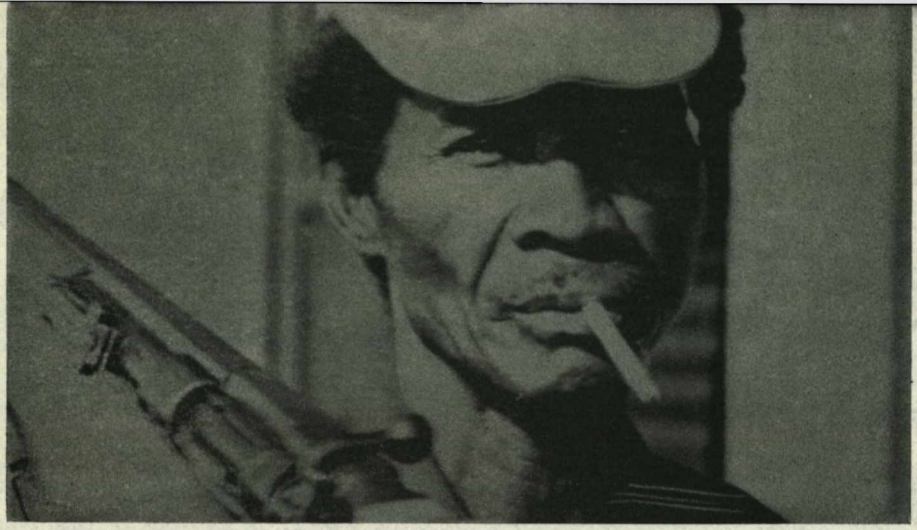


É evidente que os indonésios se lançaram numa intensa campanha diplomática visando esse objectivo mas, apesar disso, o Governo português quase nada fez: a recente nomeação de um Embaixador para a coordenação da acção diplomática, a súbita irrupção de declarações de membros do Governo e de contactos diplomáticos são tardiamente desencadeados não permitindo que se alimentem grandes esperanças quanto à possibilidade de a próxima AG da ONU votar uma moção agressiva e operante.

Esperando que, no entanto, a questão de Timor-Leste se mantenha agendada na ONU, sobre nós, portugueses, recaem grandes responsabilidades sobre o que vier a ser o futuro daquele povo. Cabe-nos exercer o máximo de pressão sobre as várias instâncias do Estado para que a diplomacia portuguesa consiga garantir o apoio daqueles países com quem Portugal tem relações de amizade.

Esta tem sido uma das tarefas, a principal, da Comissão para os Direitos do Povo Maubere. Somos uma organização nascida a partir da reunião, em Lisboa, do Tribunal Internacional dos Direitos dos Povos, em 1981, e procuramos desenvolver, a nível nacional e internacional, uma acção de informação e solidariedade para com a luta do povo maubere.

É no sentido dessa solidariedade que apelamos para todo o povo português. É necessário multiplicar as formas de apoio ao povo maubere, é necessário mostrar ao Governo que não se pode escusar ao compromisso das suas responsabilidades, que se deve empenhar a fundo nesse problema por forma a conseguir fazer aumentar, no exterior, o apoio àqueles que resistem nas montanhas de Timor-Leste ao agressor indonésio.

Outubro 1982

COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

Rua Pinheiro Chagas 77, 2.º esq.º
1000 Lisboa Portugal
☎ 57 47 18

TL 2205

JUSTIÇA PARA TIMOR-LESTE

Na segunda quinzena de Outubro, o problema de Timor-Leste será de novo discutido na Assembleia Geral das Nações Unidas. Desde há sete anos que se vêm repetindo as votações e as resoluções daquele órgão da ONU, assim como as do Conselho de Segurança em 1975 e 1976, foram sempre claras na exigência da retirada das forças invasoras indonésias e na afirmação do direito do povo maubere à autodeterminação e à independência.

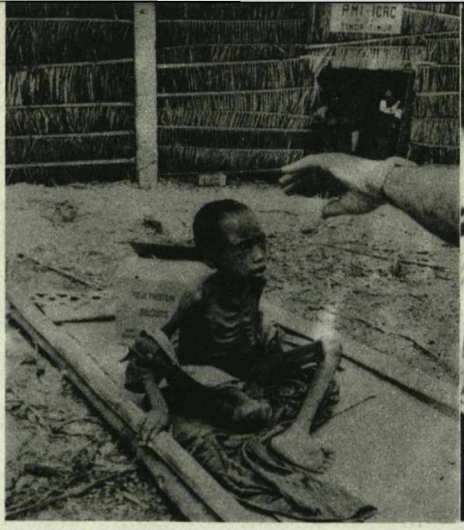
Timor-Leste foi, até 1975, uma colónia portuguesa. Em Dezembro desse ano a Indonésia invadiu aquele território. Como resultado destes sete anos de ocupação — 7 anos de luta e de resistência por parte daquele povo — ficam os 300.000 mortos (mais de um terço da população); ficam as prisões, as torturas, os campos de concentração e os fuzilamentos diários; ficam a doença e a fome; fica a destruição sistemática e deliberada duma cultura.

É pois de extrema importância a pressão que a opinião pública mundial venha a exercer no sentido de travar o genocídio em Timor e no sentido de ser reconhecido o seu direito à independência. O regime de Djackarta poderá ser forçado a retroceder se perder os apoios que encontra, por razões políticas e económicas, em algumas das grandes potências.

As Nações Unidas têm, até ao momento, apoiado o direito à independência do povo de Timor. No entanto, as várias resoluções aprovadas têm tido, de ano para ano, um número de apoiantes cada vez menor. Vários factores pesam neste decréscimo de apoio e um dos mais importantes é, sem dúvida, a política diplomática derrotista e amorfa seguida pelos diversos Governos portugueses face a este problema.

Nunca Portugal assumiu uma posição clara e frontal em defesa do povo de Timor. Em 1975, logo após a invasão, houve o corte de relações diplomáticas com a Indonésia. Mas os anos foram passando e a diplomacia portuguesa limitou-se a apoiar as resoluções que antes propunham e a fazer vagas declarações de repúdio pela agressão. Nada mais! Em contrapartida, os indonésios conduzem uma política diplomática agressiva, fazendo pressões políticas e económicas significativas sobre países mais sensíveis à sua pressão. Em Portugal, a quem são reconhecidas especiais responsabilidades neste problema, os diversos Governos têm mantido uma posição inerte (e comprometida) nunca tendo desencadeado uma acção diplomática minimamente estruturada. A ponto de os países europeus, mesmo os tradicionalmente aliados de Portugal, não irem além de uma posição de abstenção que, aliás, fundamentam muitas vezes na falta de informação detalhada sobre o problema.

No corrente ano nada, ou pouco, se modificou na política portuguesa. E o mais grave é que a votação do ano passado mostra haver um enorme risco na situação do sentido de voto de alguns países. A suceder isso, o problema de Timor-Leste poderá ser retirado da agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas, criando dificuldades suplementares à luta de libertação do povo de Timor.



O que, de início, parecia fácil aos indonésios transformou-se, mercê do desejo de liberdade e independência do povo maubere, numa tarefa difícil que nem aquele que é considerado um dos mais bem equipados exércitos da Ásia conseguiu levar de vencida.

Os testemunhos que chegam do interior, muitos dos quais de entidades ligadas à Igreja Católica de Timor — como é o caso do Administrador Apostólico de Timor, Monsenhor Costa Lopes — dão nota não só do genocídio perpretado pelos indonésios como também da coragem e abnegação dos guerrilheiros da FRETILIN que, nas montanhas de Timor, conduzem a luta de resistência ao invasor.

Todos esses testemunhos nos falam da situação deplorável de um povo que morre de fome e de doença um pouco todos os dias. Mas muitos nos falam também dos gestos gloriosos daqueles guerrilheiros que preferem morrer a matar o povo que é obrigado a marchar à frente das patrulhas indonésias, servindo de escudo, como também nos descrevem os vexames militares que o exército indonésio vai sofrendo nas matas densas das florestas de Timor.

São esses testemunhos saídos clandestinamente, a par das declarações de refugiados que vão chegando após terem pago a preço de ouro a sua saída de Timor que vão permitindo ter uma noção ainda que imperfeita do terror implantado pelos indonésios na terra massacrada de Timor. São também os testemunhos insuspeitos de membros de organizações de auxílio internacionais, às quais os indonésios abrem por vezes as fronteiras para, logo depois, quando se lhes torna necessário incrementar as operações militares e os massacres, as fecharem de novo, evitando observadores incómodos. Todos nos falam dos assassínios, das prisões e das torturas.

Mas a história recente da Indonésia, a actuação do regime repressivo de Suharto, não deixa dúvidas de que a sorte do povo de Timor se não joga unicamente no interior do território. Os militares de Djakarta já deram mostras de serem capazes de massacrar a quase totalidade de um povo se tal for necessário para quebrar a sua resistência.